

JORNAL

JORNAL SEMANAL DO SINDICATO
DOS PETROLEIROS DA BAHIA
3 JUL/2018 | 238**Sindipetro**
SINDICATO DOS PETROLEIROS DA BAHIA
FUP CNQ CUT

www.sindipetroba.org.br

diálogo

f /sindipetroba i sindipetroba t @sindipetrobahia



Em visita à RLAM, parlamentares questionam operação em carga baixa.

2

FUP e sindicatos filiados participam de ato na RLAM e afirmam unidade nacional da categoria.

3

Assessoria jurídica do Sindipetro participa de setoriais na base para que a categoria tire dúvidas sobre a RMNR.

4



03/07 - Ato nacional na RLAM em defesa do Sistema Petrobrás

Foto: Milly Lima

Liminar do STF leva Petrobrás a suspender venda das refinarias e terminais

Decisão vem após intensa pressão da sociedade

A semana começou com ato cívico na Bahia (2 de Julho), mobilização na RLAM e também com uma boa notícia para a categoria petroleira: a Petrobrás comunicou, na terça-feira (03), a suspensão da venda das refinarias Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, Abreu e Lima (RNEST), em Pernambuco, Alberto Pasqualini (REFAP), no Rio Grande do Sul, e Presidente Getúlio

Vargas (REPAR), no Paraná, bem como dos dutos e terminais das regiões Sul e Nordeste, a exemplo da Transpetro.

A decisão abrange também a interrupção da venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) e da fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados (FAFEN-PR).

A medida da Petrobrás se deu após decisão liminar do ministro

do STF, Ricardo Lewandowski, proibindo a privatização das estatais e suas subsidiárias sem a prévia autorização do Congresso.

O Ministro julgou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) sobre dispositivos da Lei das Estatais (13.303/2016), que teve como proponentes a Fenae e Contraf – CUT. A ação foi deliberada pelo Comitê em Defesa das Estatais, do qual a FUP faz parte.

Está vetada também a venda de ações de sociedades de economia mista, subsidiárias e controladas, abrangendo as esferas federal, estadual e municipal.

Além de suspender a venda das refinarias, o ministro quer fazer audiências públicas no Congresso e no STF para ouvir especialistas sobre o assunto. (Continuação da matéria na página 03)

➔ **SOBERANIA**

Após visita de parlamentares à RLAM, Petrobrás acena com retomada de operação das refinarias com carga máxima

As comissões de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) e a de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara Federal (CTASP), apesar de todas as dificuldades criadas pela gerência da Refinaria Landulpho Alves, conseguiram realizar visita às instalações da RLAM, na manhã da segunda-feira, 25/06.

As comissões representadas, respectivamente, pelos deputados federais Jorge Solla (autor do requerimento) e Nelson Pelegriño, ambos

do PT-BA, buscavam entender porque, em meio à tamanha crise dos combustíveis, a segunda maior refinaria do país está produzindo com apenas 53% da sua capacidade.

Também participaram da visita, a secretária de Desenvolvimento Econômico da Bahia, Luiza Maia. A imprensa foi impedida de acompanhar a inspeção.

Do Sindipetro Bahia estavam presentes o coordenador da entidade, Deyvid Bacelar, e os diretores Ge-



SINDICATO

orge Arleo e Rosângela Maria, além do petroleiro, Radiovaldo Costa. Representando a Petrobrás estavam o Gerente Geral, Alexandre Coelho Cavalcanti, o Gerente Geral Adjunto, Candido Luís Queiroz da Silva, o Gerente Executivo de Logística, Cláudio Mastella, e o Gerente Executivo da Industrial, Luiz Valente, além de dois assessores da presidência da estatal.

De acordo com Deyvid, os argumentos da gerência para justificar a

carga baixa nas refinarias não convenceram. Apesar dos impasses e dificuldades, as comissões e o Sindipetro Bahia saíram da visita com uma boa notícia: a partir do mês de julho, as refinarias da Petrobrás voltarão a operar com carga máxima, retomando o abastecimento de todo o mercado nacional.

Os parlamentares farão relatório sobre a visita à RLAM e terão nova audiência com o governador Rui Costa.



Foto: Valtér Andrade

➔ **INDEPENDÊNCIA DA BAHIA**

Sindipetro presente no 2 de Julho

Da Lapinha ao Pelourinho, milhares de pessoas acompanharam o Cortejo do 2 de Julho, que marca uma etapa decisiva da luta da independência do Brasil, que se deu na Bahia, nas ruas de Salvador, em 1823, com grande participação popular.

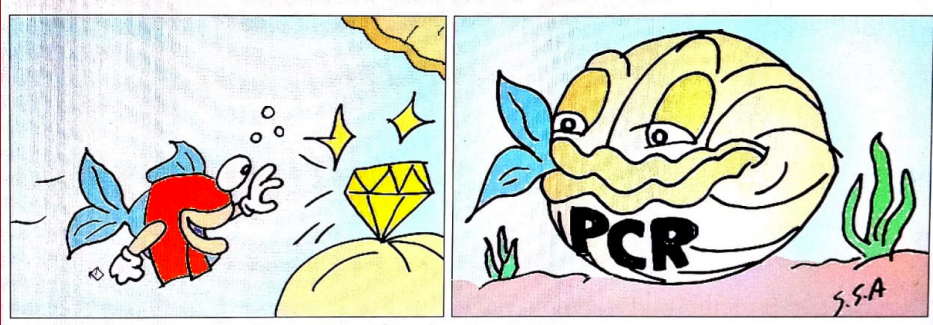
A cor laranja dos jalecos e camisas dos petroleiros e petroleiras, pre-

dominou em grande parte do cortejo. A categoria aproveitou a data cívica para denunciar e lutar contra a privatização do Sistema Petrobrás e a entrega das riquezas naturais do Brasil ao capital internacional. O desfile contou com grande participação dos petroleiros da base, da FUP e de representantes de diversos sindipetros.

FUP alerta para armadilha do PCR

Leia em www.sindipetroba.org.br

Acessando o site do Sindipetro você também pode saber sobre o 'PETROS 3' / PLR e IR.



➔ **CONTRA A PRIVATIZAÇÃO**

Solidariedade e união marcam ato, na RLAM, em defesa da Petrobrás

A Bahia, onde foi construída a primeira refinaria do país, foi o estado escolhido pela FUP para dar início a uma série de mobilizações nacionais em defesa do Sistema Petrobrás e contra a entrega das refinarias, dutos, terminais, fábricas de fertilizantes e demais ativos da companhia.

O ato aconteceu na manhã da terça-feira, 03/07, em frente à RLAM e contou com grande participação dos trabalhadores e trabalhadoras da Refinaria Landulpho Alves, da Usina Termoeletrica Celso Furtado e da Transpetro.

Além da FUP e Sindipetro Bahia estavam presentes ao ato representantes de movimentos sociais e dos Sindipetros do Rio Grande do Sul, Paraná/Santa Catarina, Unificado de São Paulo, Caxias, Amazonas, Espírito Santo, Minas

Gerais, Pernambuco/Paraíba, Ceará-Piauí, Rio Grande do Norte e Sindiquímica Paraná.

Solidariedade

O Coordenador Geral da FUP, Simão Zanardi, descreveu a mobilização como um “ato de solidariedade e de demonstração de unidade nacional”. Os diretores dos diversos sindipetros falaram de resistência, conscientização e acima de tudo de união e coletividade.

Zanardi deu informes e esclareceu a categoria a respeito da PLR, do PCR e da RMNR.

A greve geral por tempo indeterminado foi apontada como único caminho para barrar a privatização do Sistema Petrobrás. Os diretores sindicais falaram



Foto: Willy Lima

dos momentos difíceis pelos quais passa o país, mas também das vitórias da categoria petroleira, como o cancelamento da venda das refinarias e terminais e dos julgamentos favoráveis da RMNR e da suspensão da cobrança do equacionamento.

“O importante agora é prosseguirmos nossa luta, mobilizados

e também de olho nas eleições de outubro, pois fica cada dia mais claro que é a política que rege nossas vidas. Por isso, precisamos eleger parlamentares e um presidente, que sejam comprometidos com o povo brasileiro e com a soberania do nosso país”, pontuou o coordenador do Sindipetro Bahia, Deyvid Bacelar.

➔ **CONTINUAÇÃO DA MATÉRIA DA CAPA**

Apesar da vitória, luta contra a privatização do Sistema Petrobrás deve ser intensificada

Na Bahia, a notícia da suspensão da venda das refinarias bem como dos dutos e terminais das regiões Sul e Nordeste, da Araucária Nitrogenados (FAFEN-PR) e da Transportadora Associada de Gás (TAG) foi dada aos trabalhadores durante Ato Nacional em Defesa do Sistema Petrobrás, que aconteceu na manhã da terça-feira, 03/07 (leia matéria acima).

Para o coordenador do Sindipetro Bahia, Deyvid Bacelar, “a pressão da categoria petroleira, dos movimentos sociais e da sociedade (que já demonstrou ser contrária à privatização da estatal, como apontou a última pesquisa CUT-Vox Populi de maio deste ano) foi peça chave e teve grande influencia na decisão do STF. Isso sinaliza que vale a pena lutar e é o que vamos continuar fazendo até conseguir barrar de uma vez por todas a privatização do Sistema Petrobrás”.

A Petrobrás abriu, no final do mês de abril, processos competitivos para a venda de 60% da REPAR, REFAP, RLAM e RNEST, incluindo na oferta os ativos logísticos – dutos e terminais. Na primeira rodada de venda, em 18 de junho, apenas cinco compradoras apareceram interessadas e uma nova rodada havia sido marcada para o dia 2 de julho. Nessa segunda rodada, nenhum comprador se candidatou.

Todo esse processo que culminou com a suspensão da venda das refinarias e terminais, teve uma grande mobilização da FUP e seus sindicatos filiados, nos âmbitos parlamentar, jurídico e sindical, conseguindo chamar a atenção da sociedade para a desastrosa política de preços da Petrobrás, que levou aos aumentos diários e abusivos dos combustíveis e gás de cozinha.

A FUP também fez um eficiente tra-



balho no Congresso Nacional, buscando apoio dos parlamentares para evitar a privatização do Sistema Petrobrás, o que resultou na criação da Frente Parlamentar em Defesa das Refinarias e da Petrobrás.

Para o Coordenador Geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Simão Zanardi, “o freio estabelecido pelo STF mostra que a nossa luta está no cami-

nho certo em defesa das riquezas do povo brasileiro e da soberania nacional”. Zanardi alerta: “apesar dessa grande vitória, não podemos baixar a guarda, pois caso essa decisão seja revertida precisamos estar mobilizados para fazer o enfrentamento. Não podemos deixar essa felicidade nos desmobilizar. A luta vai continuar porque o golpe ainda não acabou”.

➔ JURÍDICO

Sindipetro realiza setoriais sobre ação da RMNR

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) fixou, de forma definitiva, a tese jurídica referente ao complemento da Remuneração Mínima de Nível e Regime (RMNR), aprovada pela maioria de seus membros em julgamento que aconteceu no dia 21/06, em Brasília.

A decisão a favor dos petroleiros reitera a interpretação correta do cumprimento da Cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho referente à RMNR. Foram 13 votos a favor dos trabalhadores e 12 a favor da Petrobras.

O TST determinou que para o cálculo do complemento da RMNR só poderão ser abatidos os adicionais

convencionais. Já os adicionais legais ou constitucionais destinados a remunerar o trabalho em condições especiais ou prejudiciais (adicionais de periculosidade e de insalubridade, adicional pelo trabalho noturno, de horas extras, repouso e alimentação e outros) não podem ser reduzidos.

De acordo com os advogados Clériston Bulhões e Francisco Lacerda “por essa decisão ser vinculante ela terá que ser observada por todos os julgadores, nas instâncias jurídicas locais e no próprio TST. Isto quer dizer que os juízes deverão, a partir de agora, decidir dessa mesma forma, caso sejam provocados sobre esse tema”.



O Sindipetro Bahia está realizando setoriais nas unidades da base para que os advogados da entidade sindical possam prestar maiores esclarecimentos aos trabalhadores sobre a questão da RMNR e outras ações.

O escritório de advocacia criou um e-mail específico para tirar dúvidas e receber documentos para facilitar a execução e o andamento do processo:
rmnr@lmbadvogados.com.br

➔ DECISÃO

Petros se aproveita de artifício jurídico para continuar cobrando equacionamento

A Petros vem se utilizando de diversos artifícios para não cumprir a decisão sobre os embargos da liminar proferida pela juíza da 7ª Vara Cível e Comercial de Salvador, no dia 14/06. Na sentença, a juíza manteve o seu despacho inicial, impondo à Petros a obrigação de limitar o equacionamento ao excedente do limite técnico, o que na prática suspende a atual forma de cobrança do equacionamento, esclarecendo que a decisão vale para todos os participantes e assistidos, sindicalizados ou não, residentes no território da Bahia.

Entretanto, apesar da notícia já ser pública e constar dos autos, a Justiça, por um equívoco, acabou publicando no Diário Oficial do Estado apenas uma notificação com prazo para que o Sindipetro apresente sua réplica em relação às contestações da Petros e Petrobrás e acabou não publicando a última sentença da juíza que ordena a suspensão do equacionamento pelo valor máximo.

Portanto, a Petros ainda não foi notificada oficialmente da decisão. Por isso, lançou no contracheque dos assistidos e parti-



cipantes o desconto do equacionamento no dia 10 de julho.

A assessoria jurídica do Sindipetro está acompanhando diariamente essa questão, com idas frequentes dos advogados à Justiça, contestando o motivo da decisão liminar proferida há mais de 15 dias ainda não ter sido publicada.

O Sindipetro acompanhará se após a formal notificação a Fundação irá cumprir definitivamente a decisão para suspender o equacionamento, bem como o procedimento de devolução es-

pontânea do valor retroativo desde a primeira decisão, em março. Caso isso não ocorra, a assessoria jurídica será avisada para que peticione ao Juízo, a fim de garantir respeito à decisão da Justiça e à categoria.

Os advogados da Fundação certamente irão recorrer, por isso é muito importante que a categoria mantenha-se filiada para fortalecer a luta da entidade e se proteger em caso de uma mudança que possa vir a restringir aos sócios o efeito da liminar.